



Revisitando o Ecoturismo na Ilha Grande/RJ: um Estudo de Caso

Ítalo de Paula Casemiro¹, Bruno Francisco Teixeira Simões¹ & Camila Maria dos Santos Moraes¹

Recebido em 06/10/2021 – Aceito em 06/09/2022

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. Brasil. <itcasemiro@hotmail.com, bruno.simoies@uniriotec.br, camila.moraes@unirio.br>.

RESUMO – O ecoturismo tem sido promovido como uma forma de desenvolver a atividade turística, incorporando princípios sustentáveis e a educação ambiental, de forma a promover uma experiência turística para além do simples deleite dos atrativos turísticos e considerando a conservação do meio ambiente. Apesar do seu amplo potencial, no Brasil o ecoturismo ainda não se desenvolveu de forma plena. Parques municipais, estaduais ou federais enfrentam barreiras para a promoção do ecoturismo, seja por problemas de acessibilidade, infraestrutura ou difusão de atividades neles desenvolvidas, entre outras questões. O presente estudo, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, analisa o caso do território da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, no que concerne à materialização da atividade do ecoturismo. De forma a auxiliar nossas análises, foi proposta uma Matriz SWOT acerca das ameaças, pontos fracos, oportunidades e pontos fortes existentes na região, no intuito de analisar o seu potencial para o desenvolvimento do ecoturismo. A partir das análises desenvolvidas, observa-se a necessidade de articulação clara entre os atores envolvidos na gestão das políticas em torno da Ilha Grande, para que se estabeleçam estratégias de implementação de atividades de ecoturismo nesse espaço. Além disso, o atual cenário distancia o turismo que vem sendo praticado na Ilha Grande dos ideais do ecoturismo.

Palavras-chave: Parque Estadual da Ilha Grande; Rio de Janeiro; turismo sustentável.

Revisiting Ecotourism in Ilha Grande/RJ: a Case Study

ABSTRACT – Ecotourism has been promoted as a way of developing tourist activity, incorporating sustainable principles and environmental education, in order to promote a tourist experience beyond the simple delight of tourist attractions and considering the conservation of the environment. Despite its broad potential, ecotourism has not yet fully developed in Brazil. Municipal, state or federal parks face barriers to the promotion of ecotourism, whether due to problems of accessibility, infrastructure or dissemination of activities developed in these, among other issues. The present study, through a bibliographical and documental research, analyzes the case of the territory of Ilha Grande, in the State of Rio de Janeiro, regarding the materialization of the ecotourism activity. In order to assist our analyses, a SWOT Matrix was proposed about the threats, weaknesses, opportunities and strengths existing in the region, in order to analyze its potential for the development of ecotourism. Based on the analyzes developed, there is a need for clear articulation between the actors involved in the management of policies around Ilha Grande, so that strategies can be established to implement ecotourism activities in this space. In addition, the current scenario distances the tourism that has been practiced in Ilha Grande from the ideals of ecotourism.

Keywords: Ilha Grande State Park; Rio de Janeiro; sustainable tourism.

Revisitando el Ecoturismo en Ilha Grande/RJ: un Estudio de Caso

RESUMEN – Se ha promovido el ecoturismo como una forma de desarrollar la actividad turística, incorporando principios sustentables y de educación ambiental, con el fin de promover una experiencia turística más allá del simple deleite de los atractivos turísticos y considerando la conservación del medio ambiente. A pesar de su amplio potencial, el ecoturismo aún no se ha desarrollado plenamente en Brasil. Los parques municipales, estatales o federales enfrentan barreras para la promoción del ecoturismo, ya sea por problemas de accesibilidad, infraestructura o difusión de las actividades que

se desenvolvem em estes, entre outras questões. O presente estudo, a través de uma investigação bibliográfica e documental, analisa o caso do território de Ilha Grande, no Estado de Rio de Janeiro, em quanto à materialização da atividade ecoturística. Para ajudar a nossos análises, se propôs uma Matriz FODA sobre as ameaças, debilidades, oportunidades e fortalezas existentes na região, com o fim de analisar seu potencial para o desenvolvimento do ecoturismo. Com base nos análises desenvolvidos, existe a necessidade de uma articulação clara entre os atores envolvidos na gestão de políticas em torno a Ilha Grande, de modo que se possam estabelecer estratégias para implementar atividades de ecoturismo neste espaço. Além, o cenário atual aleja o turismo que se há praticado em Ilha Grande dos ideais do ecoturismo.

Palabras clave: Parque Estadual Ilha Grande; Rio de Janeiro; turismo sustentável.

Introdução

O estado do Rio de Janeiro possui uma grande parcela da sua sociobiodiversidade concentrada em suas unidades de conservação (UCs), estas entendidas como um “espaço territorial e seus recursos ambientais, [...] com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Maretti et al., 2012).

Segundo Vilani (2018), as UCs poderiam ser uma alternativa à especialização econômica no estado do Rio de Janeiro, especialmente com o desenvolvimento do ecoturismo (Vilani, 2018). Neste sentido, cabe apontar algumas características desse tipo de turismo, a saber: a sustentabilidade em todas as suas vertentes (ambiental, social, cultural e econômica); os aspectos educacionais e o compromisso com a comunidade local (Azeredo e Zaú, 2017). Desta forma, almeja-se com o ecoturismo uma integração, que necessariamente deve existir e coexistir com os diversos aspectos que caracterizam o ecoturismo, assim como a participação das partes interessadas e a gestão dos recursos naturais, além de minimizar impactos ambientais, promover a educação e interpretação ambiental e desenvolver comunidades locais de forma interdependente (Brasil, 2008; Martins e Silva, 2018).

Hoje, por conta de seu potencial natural, a Ilha Grande, uma das maiores ilhas brasileiras, tem sido um grande destino turístico de natureza no estado do Rio de Janeiro. Segundo Urry (2002), a indústria do turismo produz e comercializa imagens, sendo que, nos últimos anos, espaços naturais têm sido um eixo explorado por essa indústria. E boa parte do crescimento do turismo em espaços naturais tem ocorrido na contemporaneidade

por conta de uma maior consciência ambiental, como visto especialmente no período recente de pandemia de Covid-19 e a emergência de práticas mais sustentáveis para o turismo (Gössling et al., 2020). Mas, antes de aprofundarmos no caso dessa região, precisamos apreender alguns aspectos em torno do ecoturismo no país.

Como já notado em outros destinos de natureza (Butarbutar e Soemarno, 2013; Mgonja et al., 2015; Beyene, 2016), no Brasil e no Rio de Janeiro evidencia-se a concentração de atividades em territórios onde a atividade turística já está estabelecida, deixando de lado outros espaços com elevado potencial para tal fim, como UCs – por exemplo, os parques. A visitação em UCs é algo que vem sendo observado em anos recentes no Brasil. No entanto, a distribuição da visitação ainda é desigual, tendo em vista que parques como o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Nacional do Iguaçu recebem um número elevado de visitantes anualmente (Souza e Simões, 2018), concentrando boa parte dos visitantes em UCs no país.

Além de sua função primeira de conservar o meio ambiente e proteger a biodiversidade (UNEP-WCMC, 2011), as UCs possuem outras finalidades de alcance econômico e social (Fonseca et al., 2010; Pires e Rugine, 2018). Especialmente quando tratamos da categoria parque, o desenvolvimento de atividades recreativas, de turismo e de interpretação/educação ambiental, são finalidades primárias desses espaços (Pires e Rugine, 2018), mas ainda exploradas de forma incipiente, em muitos casos.

Para espaços voltados à conservação como as UCs, o ecoturismo é visto como um instrumento de proteção de recursos naturais, assim como meio de desenvolvimento de forma sustentável (Mgonja et al., 2015). Segundo Dologlou e Katsoni (2016),

o ecoturismo não só é indicado como a melhor forma de se fazer turismo em UCs, como também uma forma de fazer um turismo integrando o meio ambiente, as comunidades, a economia e aspectos legais. Segundo Rangel e Sinay (2019), tratando do caso brasileiro, o ecoturismo deveria fazer parte da estratégia de conservação da natureza, especialmente em UCs. Contudo, o que se nota é uma baixa importância dada ao desenvolvimento do ecoturismo, especialmente pelo poder público.

Cabe também pontuar que, ao mesmo tempo em que há casos de sucesso de iniciativas de ecoturismo, como o da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, no estado do Amazonas (Queiroz, 2005), existem diversas tentativas de se desenvolver o ecoturismo, mas que não foram bem-sucedidas por uma série de fatores como a participação/capacitação dos atores sociais envolvidos no processo; falta de estruturação da atividade turística; falta de divulgação e promoção do destino; deficiência nas instalações e infraestruturas básicas; falta de recursos humanos etc. (Nascimento e Simonian, 2014; Santos et al., 2015; Siswato et al., 2015). Assim, experiências malsucedidas por conta do não atendimento dos princípios do ecoturismo têm contribuído para o questionamento da efetividade desse segmento de turismo (Das e Chatterjee, 2015; Beyene, 2016).

A partir desses elementos, neste estudo apresentam-se algumas reflexões sobre o desenvolvimento do ecoturismo na região da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, território reconhecido por sua grande biodiversidade e por possuir algumas UCs. Especificamente, objetivou delinear as atrações turísticas locais; identificar as oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo e apontar os desafios para o ecoturismo na região.

A realização do presente estudo justifica-se pela necessidade de se refletir, problematizar e analisar o planejamento do turismo na região Ilha Grande, na perspectiva do ecoturismo, tendo em vista o potencial desse destino. Ao mesmo tempo, se faz necessário pensar a forma como o turismo vem sendo desenvolvido na região, ainda mais num momento pós-pandêmico, como foram os anos de 2020 e 2021, quando a pandemia de Covid-19 gerou um grande impacto sobre a indústria do turismo, revelando, inclusive, a necessidade de se pensar em meios para desenvolver um turismo que seja mais sustentável.

Materiais e Métodos

Caracterização da área de estudo

A Ilha Grande é uma ilha localizada na baía que leva o mesmo nome no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente situada no município de Angra dos Reis. Esse território possui diferentes localidades, especialmente vilas, tais como a Vila de Dois Rios, Vila do Aventureiro, Vila de Provetá e a Vila do Abraão, sendo esta última a entrada principal para seu território. O acesso à região se dá por embarcações que saem, geralmente, do porto do município de Angra dos Reis e de Mangaratiba (INEA, 2013).

Permeada por uma rica história, marcada por diferentes eventos, a Ilha Grande inicialmente foi habitada pelos paleoíndios, e próximo de 3.000 anos depois, pelos índios Tupinambás. A ilha já foi refúgio de piratas; possuiu plantações de cana de açúcar e café, uma estação de quarentena para imigrantes (o lazareto); teve dois presídios, além de fábricas de processamento de pescado (sardinha) (INEA, 2013).

Devido à grande biodiversidade existente na Ilha Grande, em seu território é possível encontrar algumas UCs, a saber: Área de Proteção Ambiental (APA) dos Tamoios, a Reserva Biológica (REBIO) da Praia do Sul, o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (PEMA) e o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), este último compreendendo 62% do território da Ilha Grande (INEA, 2013), conforme apresentado na Figura 1.

Coleta e análise dos dados

A presente pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa com base em Flick (2009), exploratória e descritiva, segundo as diretrizes de Creswell (2010), visando descrever e problematizar diferentes aspectos em torno do desenvolvimento do ecoturismo na região da Ilha Grande/RJ.

O desenvolvimento da pesquisa foi conduzido por meio de um levantamento bibliográfico e documental (Gil, 2008), que contemplou diferentes tipos de materiais (teses, dissertações, artigos, relatórios, entre outros documentos), que serviram de base para subsidiar as discussões em torno das temáticas do ecoturismo em UCs e o caso específico da Ilha Grande/RJ, foco do presente estudo. Os materiais

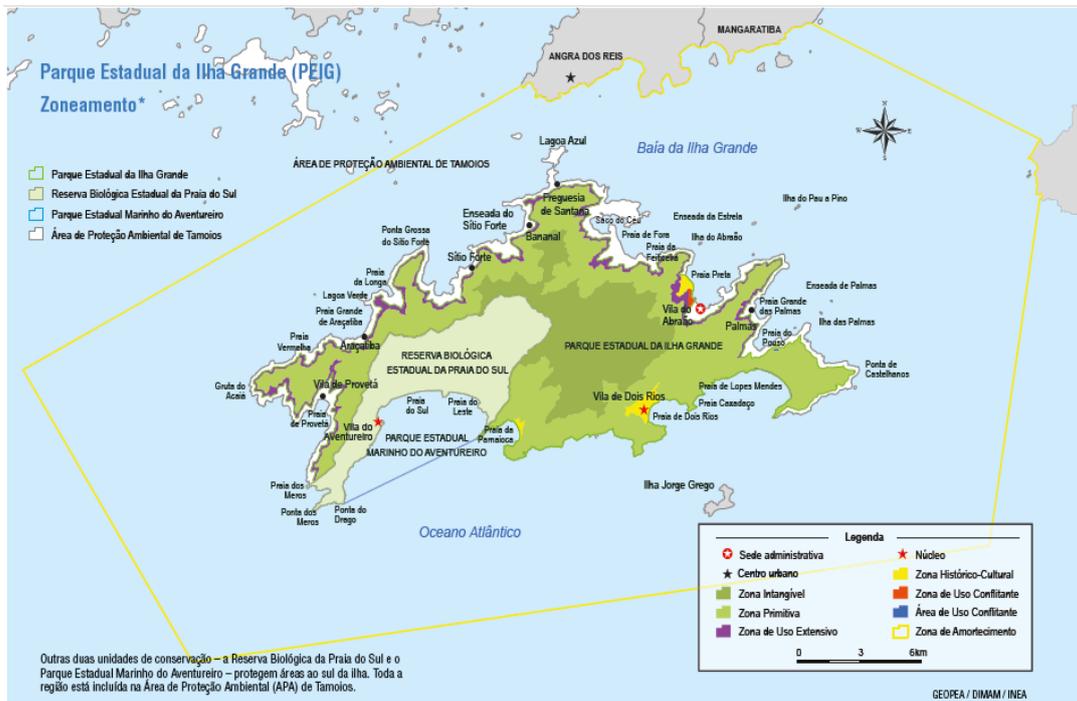


Figura 1 – Mapa de localização da Ilha Grande e suas áreas protegidas.
Fonte: INEA (2013).

foram obtidos em diferentes bases de dados, tais como as plataformas Web of Science, Scopus, Scielo, sites de revistas especializadas no tema do ecoturismo, banco de teses e dissertações da CAPES, buscando-se por estudos que versavam sobre a Ilha Grande e a atividade turística até o ano de 2020, e sites institucionais de órgãos como o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sempre realizando buscar por documentos sobre a Ilha Grande e a atividade turística nessa região.

Como proposta complementar às análises empreendidas, foi elaborada uma Matriz SWOT, como meio de sistematizar diferentes aspectos internos e externos que interferem no desenvolvimento do ecoturismo na Ilha Grande/RJ. A ferramenta SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats ou pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, respectivamente) auxilia no diagnóstico de fatores internos e externos (econômicos, sociais, culturais, ambientais, políticos e tecnológicos) de determinado objeto (Piercy e Giles, 1989). Além disso, a Matriz ajuda na elaboração de estratégias possíveis para desenvolver e consolidar forças e superar fraquezas, assim como reconhecer os

recursos e capacidades necessárias para enfrentar a mudança de ambientes, auxiliando o processo de tomada de decisão (Scolozzi et al., 2014). Esse recurso vem sendo empregado para diferentes fins em estudos sobre a temática da conservação e ecoturismo (Scolozzi et al., 2014; Arsić et al., 2018; Ristić et al., 2019; Meza-Arce et al., 2020; Liu e Li, 2020; Santos, 2021).

Para a elaboração da SWOT, há uma infinidade de formas de se obter informações, tais como workshops, questionários, entrevistas, grupos focais, documentos, entre outros, mas para este estudo vamos nos restringir a utilizar alguns documentos e estudos para o desenvolvimento da matriz proposta. Dessa forma, além da pesquisa bibliográfica empreendida, também foram utilizados os princípios da pesquisa documental (Sá-Silva et al., 2009). No caso da análise de documentos, estes são utilizados como fonte de informação para elucidar determinadas questões (Figueiredo, 2007), que no caso do presente estudo trata-se de identificar fatores que interferem no desenvolvimento do ecoturismo na Ilha Grande/RJ.

Todos os documentos utilizados para a elaboração da Matriz SWOT, assim como os

passos seguidos para sistematizá-los, podem ser acessados no seguinte link, onde há um quadro com a sistematização do processo de coleta e dos achados destacados em cada material analisado: <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/BYRKU8#>.

Resultados e Discussões

Ilha Grande – um “paraíso” para o ecoturismo

A história de ocupação da Ilha Grande é bem diversa e longa, não cabendo espaço neste estudo para descrevê-la em detalhes. Mas, fatos marcantes

nessa trajetória, especialmente para a atividade turística, foram a instalação de empreendimentos e infraestrutura tais como estradas (Rodovia BR-101, por exemplo) próximas à ilha, que viabilizaram seu acesso, além da desativação do Instituto Penal Cândido Mendes, no ano de 1994 (Cadei, 2004; Souza, 2017). Essas duas ações foram marcos importantes para o início da ocupação da Ilha Grande e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da atividade turística.

Na região da baía de Ilha Grande, há um conjunto de atrativos naturais (Figura 2), com amplo potencial para o ecoturismo, alguns destes descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Recursos naturais de valor para o ecoturismo na Ilha Grande.

Recurso	Descrição
Flora	A flora insular (terrestre e aquática) é composta, em sua maioria, por milhares de espécies nativas da floresta atlântica, dos ecossistemas associados e do mar local, acrescida de dezenas de espécies exóticas vivendo no interior da vegetação nativa e nas ruas, quintais e terrenos das vilas e povoados. As florestas densas e secundárias em estágio médio e avançado ocupam cerca de 80% da Ilha Grande, vindo seguir as florestas em estágio inicial de sucessão, restingas, vegetação de afloramento rochoso e manguezais. A sistematização de informações em publicações técnicas e 3.650 registros em herbários revelam até o momento 1.153 espécies de plantas.
Fauna	A região hospeda diversas espécies de invertebrados, peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos, com ocorrência de espécies endêmicas (que existem somente no local), como a rã-de-fred (<i>Hylodes fredei</i>). Há cerca de 12 espécies de baleias e golfinhos que vivem permanentemente nas águas oceânicas da baía de Ilha Grande, enquanto outras passam temporadas. Há duas espécies de primatas nativos (bugio e macaco-prego). Existem 19 espécies de roedores, sendo 3 exóticas. Existem 213 espécies de aves terrestres e marinhas pertencentes a 47 famílias e 18 ordens.
Áreas protegidas	Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul; Parque Estadual Marinho do Aventureiro; Área de Proteção Ambiental de Tamoios e Parque Estadual da Ilha Grande.
Rios, cachoeiras, córregos e praias	Há diversas cachoeiras como a Cachoeira da Feiticeira, Cachoeira Poço do Soldado, Cachoeira dos Escravos; riachos e córregos. As praias são das mais diversas, como Lopes Mendes, Pescaria, Parnaioca, entre tantas outras.
Pontos panorâmicos	Observação da Ilha Grande e da baía de Ilha Grande podem ser vistas de pontos como o Pico do Papagaio, além de outros diversos picos e mirantes, como o Mirante da Lagoa Azul, Mirante da Sundara, entre outros.
Formações geológicas de interesse	Há formações geológicas como a Pedra Rachada, no Circuito Abraão, Gruta do Acaiá, praias como Lopes Mendes cercada por pedras, entre outros.

Fonte: INEA (2013), Farias et al. (2017) e Ilha Grande (2020).

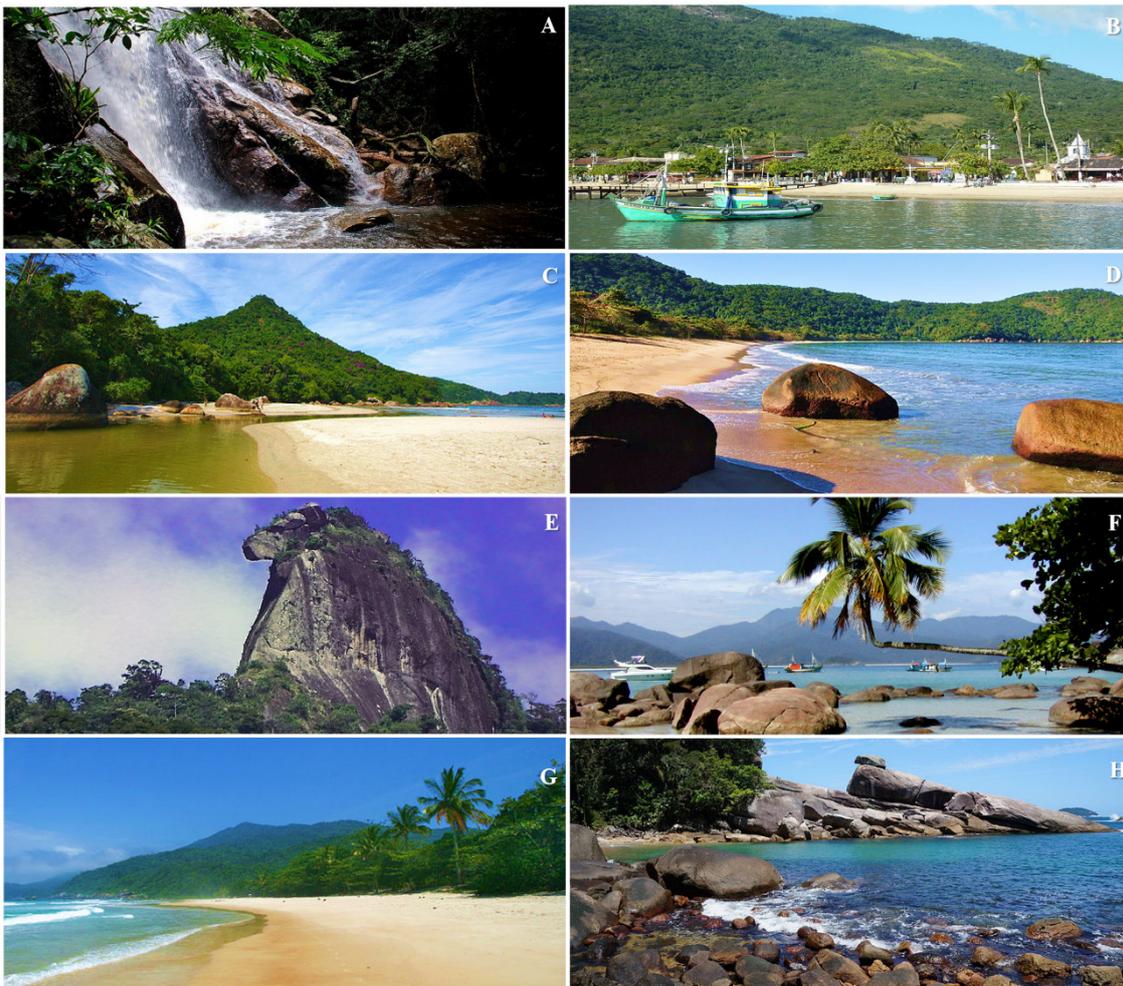


Figura 2 – Amostra dos atrativos naturais da Ilha Grande.

Legenda/Fonte: A) Cachoeira da Feiteira – David Tubau; B) Circuito Abraao – Dave Lonsdale; C) Dois Rios – Nathan Chor; D) Parnaioca – TMBux; E) Pico do Papagaio – José Carlos B. Fialho; F) Praia do Aventureiro – Nelio Ricardo Aguiar; G) Praia de Lopes Mendes – Nathan Chor; H) Praia do Caxadaço – Rafael Rabello de Barros. Imagens com Licença Creative Commons.

Não podemos deixar de ressaltar os aspectos culturais e históricos da Ilha Grande. Há presença de povos tradicionais como as caiçaras e suas tradições, tais como a elaboração do dashico, caracterizado como um peixe defumado utilizado para caldos e sopas (Outro Caminhos,

2018), e edificações históricas como o aqueduto e as ruínas da colônia penal e lazareto (INEA, 2013) (Figura 3). Além disso, existe o desenvolvimento de artesanato típico feito com conchas, caramujos, ostras, cipós, bambu, barro, madeira pelos habitantes locais.



Figura 3 – Amostra dos Recursos Culturais da Ilha Grande.

Legenda/Fonte: A) Oficina de fabricação de dashico – Leandro Moraes; B) Lazareto – Marcelo César Augusto Romeo. Imagens com Licença Creative Commons.



De acordo com o Diagnóstico de Uso Público dos Parques Estaduais do Rio de Janeiro – 2016 (INEA, 2016), no PEIG, a maior área protegida na Ilha Grande, são praticadas atividades como observação da natureza, banho em cachoeira, *camping*, montanhismo, caminhada/trilhas, entre outras. Há também de se destacar as diversas trilhas existentes na região. Muitas microrregiões e atividades praticadas na Ilha Grande têm potencial para tornarem-se atrativos com foco no ecoturismo.

Áreas preservadas como as contidas na Ilha Grande apresentam enorme potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, principalmente devido à presença de recursos naturais e culturais, como os citados anteriormente. Como pontuam Drumm e Moore (2002), atividades de ecoturismo em torno de áreas naturais fornecem oportunidades para os visitantes terem experiências poderosas com a natureza e com a cultura, e paralelamente a isso, entenderem a importância de conservar a biodiversidade e a cultura locais.

Como observado nos estudos de Mendonça e Moraes (2011) e Lopes Júnior et al. (2020), o turista que frequenta a Ilha Grande é composto por um público diverso, que busca especialmente o contato com a natureza. Sobre a visitação na Ilha Grande, destaca-se que, apenas no ano de 2016, o PEIG recebeu em torno de 402.046 visitantes, segundo dados do INEA (2016), o que demonstra a atratividade desse destino e a participação do turismo na economia local.

No entanto, cabe destacar que a ideia da Ilha Grande como um “paraíso”, como se vê na divulgação do turismo nessa região, guarda estreita relação com o “mito da natureza intocada”, como proposto por Diegues (2008), pois a atividade do turismo tem se caracterizado como algo predatório, onde o homem, ao destruir a natureza, acaba rompendo com a ligação ancestral que tem com ela. E as UCs acabam sendo uma espécie de “paraíso”, onde a natureza deve ser mantida intocada; no entanto, essa proposta é contrária à relação estabelecida pelas populações locais com os territórios dessas áreas. Segundo Bruhns (2010), a ideia de “natureza autêntica” guarda uma grande contradição, especialmente como proposta na perspectiva do ecoturismo, pois, ao mesmo tempo em que exclui a presença humana, considera a existência mais autêntica quando o homem está nela. Assim, a ideia de “paraíso”, parece ser direcionada apenas ao

público específico de ecoturistas, isto é, aqueles reconhecidos como defensores da natureza.

Desafios e oportunidades para o ecoturismo na Ilha Grande

Antes de adentrarmos nas discussões sobre a atividade turística na Ilha Grande, é importante ressaltar que o desenvolvimento da atividade turística em áreas naturais no Brasil vem sendo caracterizada pela privatização e exploração do capital a todo custo, desvalorizando aspectos locais, como usos do território, práticas tradicionais entre outros aspectos, que se perdem em meio aos interesses do capital (Vilani e Medeiros, 2017).

Como defendem Vilani e Medeiros (2017), o estado do Rio de Janeiro possui um histórico desfavorável de empreendimentos turísticos, como os *resorts*, que não respeitam os princípios da sustentabilidade no turismo, sendo comum a privatização da natureza nos espaços onde são instalados e com a consequente expulsão das comunidades locais. Neste sentido, Vilani (2018) entende o ecoturismo como uma alternativa ao padrão de desenvolvimento baseado em grandes projetos, como temos visto nos últimos anos no Rio de Janeiro. Vale lembrar que o estado tem sido recentemente um grande laboratório de grandes projetos, que tem deixado diferentes “cicatrices” econômicas e sociais. Lembremos o exemplo dos Jogos Olímpicos e seus impactos negativos, como a exclusão social, o endividamento do estado, entre outros (BOELL, 2015).

No Brasil, especialmente em UCs, o uso do ecoturismo como meio para o desenvolvimento dessas áreas ainda é muito restrito a algumas localidades. E, apesar de existirem casos/locais que remetem ao ecoturismo, como Bonito/MS, Fernando de Noronha/PE, Lima Duarte/MG, o que se observa nesses e em outros casos é uma espécie de “ecoturismo de prateleira”. Assim, determinados espaços, com uma série de restrições de acesso, direcionados para um público com um bom poder aquisitivo, têm distanciado práticas condizentes com o ecoturismo, como apontado por diversos estudos nesses destinos (Lunas, 2006; Lobo e Moretti, 2008; Oliveira, 2010; Camargo et al., 2011; Hurtado et al., 2018; Sancho-Pivoto et al., 2020).

De maneira a sistematizar e tratar de algumas das questões, oportunidades e desafios para o desenvolvimento do ecoturismo na

Ilha Grande, foi proposta uma Matriz SWOT (Quadro 2) a partir de estudos e documentos acerca da atividade turística nessa região, obtidos em diferentes repositórios e fontes.

Ao observar os aspectos internos à Ilha Grande apontados no Quadro 2, podemos notar que o turismo tem sido um importante agente da economia local, fruto da riqueza de atrativos

locais e atividades recreativas nela praticada. O território da Ilha Grande apresenta todos os elementos básicos para o desenvolvimento do ecoturismo. Por outro lado, há uma série de problemas, principalmente de ordem ambiental e social, que fragilizam a prática do turismo, especialmente se considerarmos numa perspectiva da sustentabilidade.

Quadro 2 – Matriz SWOT do ecoturismo na Ilha Grande.

Pontos fortes	Pontos fracos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Geração de emprego e renda por meio do turismo. 2. Existência de atividades recreativas (Ex.: trilhas, mergulho, ciclismo, parapente, rapel etc.) 3. Turismo como meio para alcançar a sustentabilidade econômica para a conservação. 4. Turismo como instrumento para o estabelecimento de diálogo entre os saberes tradicionais e modernos. 5. Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural Mundial pela Unesco. 6. Existência de fóruns participativos. 7. Autenticidade e tipicidade das práticas de turismo. 8. Existência de iniciativas de Turismo de Base Comunitária – TBC. 9. Existência de diferentes arcabouços legais (Ex.: Lei de Zoneamento da Ilha Grande; a Lei do Uso e Ocupação do Solo da Ilha Grande; Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande). 10. Existência de diversos atrativos naturais e culturais (Ex.: praias, cachoeiras, picos, mirantes/ruínas de igrejas, fábricas de sardinha, presídio entre outros atrativos). 11. Existência de áreas de proteção ambiental (Ex.: Reserva Biológica da Praia do Sul (REBIO). Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Aventureiro, que inclui o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (PEMA). Área de Proteção Ambiental (APA) de Tamoios. 12. Existência de diretrizes para a conservação e o uso público. 13. Ações de monitoramento da qualidade ambiental da região (Ex.: Iniciativa BIG 2050). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de atualização do plano de manejo de áreas protegidas (Ex.: PEIG). 2. Falta de plano de manejo de áreas protegidas (Ex.: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro). 3. Falta de acessibilidade. 4. Fiscalização ambiental incipiente. 5. Caça e captura de animais silvestres. 6. Existência de espécies invasoras (Ex.: Coral-Sol). 7. Desconhecimento do conceito de ecoturismo por parte da comunidade local. 8. Falta de informação sobre as normas e leis ambientais por parte da comunidade local. 9. Falta de projetos destinados ao desenvolvimento de sítios arqueológicos. 10. Inexistência de um estudo de carga e de medidas que limitem o número de turistas. 11. Caótico ordenamento do território (Ex.: Construção de obras de forma irregular e desordenada). 12. Falta de infraestrutura de serviços. 13. Dificuldade de mobilização social. 14. Existência de diferentes conflitos territoriais ligados às questões ambientais. 15. Falta de tratamento de esgoto. 16. Coleta de lixo precária. 17. Necessidade de programas, projetos e ações de educação ambiental. 18. Conflito de interesses entre diferentes partes interessadas (Ex.: ONGs, governo e administração da unidade de conservação). 19. Degradação ambiental decorrente da prática do turismo. 20. Falta de desenvolvimento de uma mentalidade cooperativa e associativa. 21. Falta de planejamento da atividade turística.

Oportunidades	Ameaças
1. Aumento da procura por UCs para visitação.	1. Políticas nacionais sem diálogo com o ecoturismo ou com o turismo de base comunitária.
2. Potencial para o desenvolvimento do geoturismo.	2. Queda de atividades tradicionais (Ex.: pesca artesanal).
3. Crescimento do turismo de natureza/ecoturismo, pós-pandemia de Covid-19.	3. O planejamento do turismo direcionado pelos interesses dos atores sociais mais poderosos.
4. Crescimento da procura por destinos domésticos, pós-pandemia de Covid-19.	4. Falta de políticas públicas direcionadas ao ecoturismo.
5. Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC).	5. Crescimento desordenado, tanto da oferta quanto da demanda turística.
6. Reconhecimento governamental do ecoturismo como meio para explorar a atividade turística na Ilha Grande.	6. Extração petrolífera na bacia de Santos e os riscos a ela associados, assim como o tráfego intenso de embarcações.
7. Reconhecimento de áreas protegidas como zonas de ecoturismo.	7. Falta de investimento dos recursos gerados no seu território.
8. Aceitação da cobrança de taxas por parte dos visitantes.	8. Falta de diálogo entre entes públicos e comunidade local.
9. Desenvolvimento da gestão participativa.	9. Surgimento de parceria público privada como ameaça ao turismo de base comunitária.
10. Desenvolvimento de novas atividades recreativas (Ex.: observação de aves, arborismo, esportes náuticos, etc.).	10. Falta de integração entre políticas públicas e competências administrativas.
	11. Massificação do turismo.
	12. Mudanças sociais (novos hábitos e costumes dos nativos) decorrentes do crescimento da atividade turística.
	13. Desmantelando de leis ambientais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O crescimento do fluxo de turistas para a Ilha Grande é algo que alterou significativamente a dinâmica local, visto que muitas comunidades, antes dedicadas à atividade da agricultura e pesca, por exemplo, passaram a viver do turismo (Costa, 2008). É importante apontar que muitas de suas UCs foram criadas desconsiderando a ocupação humana existente nessas localidades (Souza, 2017), o que até hoje é fruto de diferentes conflitos (Prado, 2005; Ferreira, 2010). Além disso, a falta de recursos financeiros, humanos e materiais, dificultam a gestão das UCs presentes em seu território.

Na Ilha Grande há diversas comunidades atuando em atividades que dialogam fortemente com o turismo de base comunitária (TBC), como na região do Aventureiro, onde há diversas iniciativas dedicadas ao artesanato, alimentação, hospedagem etc. (Mendonça e Moraes, 2011). O TBC é uma vertente do turismo que tem um diálogo muito próximo com os princípios do ecoturismo, especialmente através de princípios como a conservação ambiental e respeito à identidade cultural das comunidades receptoras (Fabrino et al., 2012). Mas, apesar de existirem iniciativas de TBC, na Ilha Grande o turismo é em grande parte conduzido pelo grande capital e empresários externos a localidade (Costa, 2008). Como notado no estudo de Oliveira (2008), com moradores locais, o turismo que

vem sendo praticado na região é incompatível com a preservação da natureza, além de existir uma grande confusão sobre o que de fato é o ecoturismo entre os habitantes locais.

Dentre os pontos fracos (Quadro 2), nota-se que parte deles são oriundos da ocupação desordenada da região e, inclusive, fruto da intensificação da atividade turística na região, tais como degradação ambiental, presença de lixo e falta de tratamento do esgoto etc. Outra parte dos pontos fracos gira em torno da escassez de investimentos e falta de planejamento, como pode ser notado na ausência de projetos destinados a desenvolver atrativos turísticos e ações de educação ambiental.

Entre os pontos fracos identificados, a falta de ações de educação ambiental é especialmente relevante, isso por que, sem esse tipo de ação, não podemos sequer falar em ecoturismo. Como demonstrado por alguns estudos (Pedrini et al., 2010; Rebouças et al., 2015; Costa et al., 2019; Safitri et al., 2019), a inserção da educação ambiental em atividades turísticas é uma oportunidade única de sensibilizar os visitantes de UCs sobre os impactos do homem no meio ambiente e a necessidade de se conservar a natureza, assim como construir um pensamento crítico sobre questões socioambientais (Silva e Ruffino, 2016; Costa et al., 2019).

Uma grande preocupação em destinos que se propõem a desenvolver o ecoturismo é a massificação deste processo, ou seja, torná-lo um turismo de massa, o que implica grandes prejuízos para o meio ambiente e, conseqüentemente, para a proposta do ecoturismo. E essa é uma grande questão para a Ilha Grande, pois o turismo de massa privilegia o lucro imediato e a grande escala das suas atividades, contribuindo para a destruição da qualidade dos destinos turísticos (Zaoual, 2008). O turismo praticado dessa maneira gera grandes impactos em espaços que recebem um grande número de turistas, resultados em graves problemas ambientais, especialmente quando a presença do Estado é baixa (Urry, 2002). Desta forma, é preciso refletir no contexto do ecoturismo sobre o seu *status* em UCs. Inclusive, na visão de Ribeiro et al. (2015), por causa da intensificação do fluxo de turistas para a Ilha Grande, o que antes era tido como um destino ecoturístico, já não pode mais ser considerado como tal. Convém lembrar que o turismo massificado em áreas litorâneas, por conta da busca de destinos de praia e sol, devido à sua sazonalidade, também provoca progressiva destruição dos ecossistemas naturais (Lopes Júnior et al., 2020).

Essa intensificação do turismo converte os turistas em grandes poluidores do meio ambiente. E o turismo tem diversas conseqüências ambientais deletérias, tais como aglomerações e tensionamento da infraestrutura, aspectos que impactam na geração de construções inadequadas, danos ao *habitat* natural etc. (Urry, 2002), como visto através da sistematização dos estudos sobre a atividade turística na Ilha Grande.

Analisando-se os aspectos externos que atuam sobre o desenvolvimento do ecoturismo na Ilha Grande, observa-se, pelo Quadro 2, que há uma série de oportunidades para o desenvolvimento da Ilha Grande como um destino de ecoturismo, tais como instrumentos que buscam conservar e proteger a região, respaldados por uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, como a Iniciativa BIG 2050 (INEA 2019), que visa ações em prol da conservação da região da baía de Ilha Grande, contemplando o ecoturismo. Porém, há elementos que dificultam o desenvolvimento do ecoturismo, sendo gerados, em grande parte, pela falta de projetos e políticas claras para a região, sem contar a falta de diálogo entre diferentes agentes públicos e locais, que se convertem em diferentes conflitos em torno desses agentes, como observado no Quadro 2.

Apesar da série de desafios apresentados no Quadro 2, a recente crise gerada no setor de turismo devido a pandemia de Covid-19 apresenta-se como uma oportunidade para o ecoturismo, inclusive na Ilha Grande, tendo em vista que diversos autores (Romagosa, 2020; Niewiadomski, 2020; Higgins-Desbiolles, 2020) têm defendido o turismo sustentável e responsável, o turismo comunitário e destinos baseados na natureza como novos caminhos para o desenvolvimento do turismo global, que, além de oferecerem boas experiências, ainda são formas de agregar valor aos destinos; assim, num período pós-pandemia, espera-se que a busca por destinos mais sustentáveis cresça. Além disso, o turismo na natureza pode ter sua procura elevada pós-pandemia, por conta da busca por espaços com menor aglomeração de turistas e que respeitem o meio ambiente.

Apesar de existirem diversas UCs no estado do Rio de Janeiro, para Rangel e Sinay (2018), além dos vários problemas de gestão existentes, as UCs não foram pensadas de forma sistemática, sendo de modo geral “ilhas de natureza”. No caso do Rio de Janeiro, nota-se que as UCs encontram-se marginalizadas na agenda pública (Vilani, 2018). Como observado no estudo de Pires e Rugine (2018), o atendimento ao visitante em parques no Brasil ainda é incipiente, por diversas questões, como já comentado anteriormente, tais como a falta de condições e estrutura básica para receber visitantes, ponto ressaltado no Quadro 2. Também não podemos deixar de considerar a importância de fortalecer a gestão de UCs e sua capacidade de monitorar e limitar o uso público (Fontoura et al., 2021).

Pensando sobre o planejamento do ecoturismo, é importante que gestores busquem meios para lhes auxiliar nessa atividade. Um bom e recente instrumento para o planejamento do uso público de UCs desenvolvido pelo ICMBio é o ROVUC, o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ICMBio, 2018), que pode ser utilizado para auxiliar na diversificação de usos e no manejo mais adequado de ambientes naturais, de modo a proporcionar uma visitação desejada em UCs como as existentes na Ilha Grande.

Os parques estaduais do Rio de Janeiro e, entre eles o PEIG, podem ser um importante meio para desenvolver o ecoturismo. No caso específico do PEIG, temos uma farta oferta do principal recurso do turismo do Rio de Janeiro,

praia e sol, o que demonstra a singularidade desse espaço. O desenvolvimento de um plano para o ecoturismo poderia ser um primeiro passo no desenvolvimento de diretrizes específicas para a região da Ilha Grande.

Não podemos deixar de ressaltar a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas e a retomada do ecoturismo como meio para o desenvolvimento local, aliás, desenvolvimento situado como proposto por Zaoual (2008), onde o processo de desenvolvimento econômico é norteado pelas trocas simbólicas, conhecimentos e práticas sociais. Por fim, para que o turismo sustentável floresça, é preciso alinhar as políticas de proteção ambiental e aquelas destinadas ao desenvolvimento regional, incluindo o ecoturismo.

Considerações Finais

Desde seu surgimento, o termo ecoturismo tem encontrado alguns obstáculos para sua aplicação, decorrentes, em grande parte, da distância que há entre seus princípios e a sua viabilização na prática da atividade turística. Como visto no caso analisado, há diferentes fatores contextuais com implicações sobre a atividade turística em regiões com elevado potencial natural para o turismo, sendo um grande desafio atender aos princípios de uma prática mais sustentável dessa atividade.

Apesar de no Brasil existirem alguns documentos públicos que apresentam os princípios para o desenvolvimento do ecoturismo, tais como “Ecoturismo: Orientações Básicas”, 2ª edição, desenvolvido pelo Ministério do Turismo (Brasil, 2010), nos últimos anos houve um apagamento da temática. Essa falta de incentivo em nível nacional também se reflete nas políticas adotadas pelos estados e municípios. Para Maranhão e Azevedo (2019), o ecoturismo não se apresenta como um vetor do desenvolvimento turístico nacional, sendo que se observa no cenário nacional o domínio do viés mercadológico, algo que pode ser notado, inclusive, no Plano Nacional de Turismo, aprovado pelo Decreto n. 9.791, de 2019.

Para além das diversas definições e princípios existentes sobre o ecoturismo, trata-se de um processo transformador dentro do turismo de natureza, sendo incompatível com a mercantilização da natureza e do patrimônio cultural, como temos observado em diversos

casos de “ecoturismo de prateleira”, isto é, um ecoturismo que é difundido como tal, mas que não atenta para os seus objetivos e princípios. Na verdade, o ecoturismo deve ser praticado e pensado como um fenômeno de ruptura e resistência, tendo como alicerce o respeito aos ciclos da natureza e dos povos e comunidades tradicionais (Vilani, 2018).

Neste estudo, tratamos de discutir o ecoturismo como forma de desenvolvimento do turismo em UCs e destacamos o caso do território da Ilha Grande, localizado no litoral do Rio de Janeiro. Como abordado, apesar do seu potencial para o ecoturismo, a Ilha Grande ainda carece de meios para viabilizar tal tipo de turismo. O que os estudos e relatórios sobre a região revelam é um cenário que demanda atenção para a prática turística que vem sendo feita nesta. Ao mesmo tempo em que a região apresenta diversos elementos que a tornam um potencial polo para a prática do ecoturismo no Estado do Rio de Janeiro, observamos que, além de existirem diversos aspectos que fragilizam o desenvolvimento do ecoturismo na região, é preciso que se desenvolva uma coesão entre os diferentes atores, para que ela não continue perdendo suas características e torne-se mais um destino de turismo de massa.

Como visto, especialmente por meio da Matriz SWOT desenvolvida, apesar de a Ilha Grande ter elementos internos que potencializam o ecoturismo e diversas oportunidades para o desenvolvimento desse tipo de turismo, os pontos fracos e as ameaças são consideráveis. Nota-se que as diferentes comunidades da Ilha Grande e seus diferentes espaços, sejam eles protegidos ou não, possuem características contextuais distintas, estando alguns mais próximos dos princípios do ecoturismo, como a região do Aventureiro, do que outros espaços, como o Abraão, que possui diversos aspectos que o distanciam do ecoturismo.

O presente estudo possui algumas limitações. É importante destacar que o uso de dados secundários reduz a percepção dos atores locais sobre a questão do ecoturismo e os aspectos apontados na Matriz SWOT, apesar de ter sido desenvolvida com base em estudos já realizados com atores locais. A carência de dados sistematizados sobre o turismo praticado na Ilha Grande também é um fator limitante.

Outro ponto que não podemos deixar de tratar se refere à necessidade de mais estudos

sobre a região da Ilha Grande, direcionados para as atividades antrópicas, pois os utilizados neste trabalho são limitados em diferentes aspectos, tais como abrangência, localidade e participantes envolvidos. Além da necessidade de pesquisa, são necessárias ações para a difusão do turismo sustentável na região, assim como das questões legais e ambientais junto à comunidade local.

Também neste sentido, cabe apontar que a pesquisa sobre o turismo na região da Ilha Grande tem sido basicamente desenvolvida por estudos qualitativos que têm explorado pouco as atividades recreativas praticadas na região e seus impactos. Os próprios dados que emergiram na Matriz SWOT elaborada demonstram a necessidade de estudos em diferentes vertentes, especialmente direcionados para o ecoturismo e sua difusão, além de estudos sobre questões que envolvam questões legais sobre o meio ambiente local.

É fundamental destacar que a Matriz proposta teve a intenção de um diagnóstico preliminar e generalista. No nível micro, avaliando cada comunidade da Ilha Grande, certamente é possível identificar uma variedade de elementos que dariam subsídios para a formulação de outras matrizes, abarcando as particularidades de cada comunidade, como feito por Braun e Amorin (2015) na comunidade do Bananal. Além disso, na Matriz elaborada, não é possível determinar quantitativamente as prioridades dos fatores apontados, sendo necessário, para isso, o desenvolvimento de outros métodos, como o QSPM (Quantitative Strategic Planning Matrix), AHP (Analytic Hierarchy Process) e, ainda, o envolvimento de diferentes partes interessadas. Esses aspectos contribuiriam para o desenvolvimento da Matriz SWOT direcionada para estratégias e ações em prol do turismo regional. Além disso, nota-se a necessidade de mais estudos voltados para o objeto do turismo na região. Apesar de existir um bom número de estudos sobre a região, como é possível notar em buscas em plataformas científicas como Scopus e Web of Science, nota-se que a ampla maioria dos estudos estão direcionados para a questão ambiental, a biodiversidade e a vida animal nessa região.

Finalizando, observamos que o ecoturismo está para o Rio de Janeiro como o Sol está para o Mar. Resta desenvolver ações e diretrizes claras para orientar as práticas atuais e futuras, de forma

a transformar o Rio de Janeiro e territórios como a Ilha Grande em destinos de fato ecoturísticos.

Referências

- Arsić S, Nikolić D, Mihajlović I, Fedajev A, Živković Ž. A new approach within ANP-SWOT framework for prioritization of ecosystem management and case study of National Park Djerdap, Serbia. *Ecological Economics*, 146: 85-95, 2018.
- Azereido TV, Zaú AS. Ecotourism and Environmental Education: connecting different concepts. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 10(3): 670-684, 2017.
- Beyene B. Review on ecotourism opportunities and the challenges for natural resource management in Ethiopia. *Journal of Tourism, Hospitality and Sports*, 21: 28-35, 2016.
- BOELL. Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão: Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. 2015. <https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015_-_portugues.pdf>. Acesso em: 23/11/2020.
- Brasil. 2010. Ecoturismo: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 90p. <http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 23/09/2021.
- Braun R, Amorim A. Rapid 'SWOT' diagnosis method for conservation areas. *Scottish Geographical Journal*, 131(1): 17-35, 2015.
- Butarbutar R, Soemarno S. Environmental effects of ecotourism in Indonesia. *Journal of Indonesian Tourism and Development Studies*, 1(3): 97-107, 2013.
- Bruhns H. O ecoturismo e o mito da natureza intocada. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 32(2): 157-164, 2010.
- Cadei MS. 2004. A promoção da saúde ambiental e as práticas sociais em Vila Dois Rios, Ilha Grande, RJ: a contribuição da educação ambiental na criação de ambientes favoráveis à saúde. Tese (Doutorado em Medicina Social) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 232p.
- Camargo LJJ, et al. Análise da sustentabilidade do turismo ecológico no município de Bonito, Mato Grosso do Sul na promoção do desenvolvimento regional. *Sociedade & Natureza*, 23: 65-75, 2011.

- Costa GVL. 2008. O Aventureiro, Ilha Grande/RJ: uma análise de mudança social. Tese (Doutorado). Museu Nacional Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 325p.
- Costa PG, Pimentel DS, Simon AVS, Correia AR. Trilhas Interpretativas para o Uso Público em Parques: desafios para a Educação Ambiental. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 12(5): 818-839, 2019.
- Creswell JW. (2010). Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre (RS): Artmed.
- Das M, Chatterjee B. Ecotourism: A panacea or a predicament?. *Tourism management perspectives*, 14: 3-16, 2015.
- Diegues AC. 2008. O mito moderno da natureza intocada. 6. Ed., São Paulo: HUCITEC.
- Dologlou N, Katsoni V. Ecotourism in protected areas, a literature review. *ECOCLUB. com Ecotourism Paper Series*, 38: 1-20, 2016.
- Drumm A. Moore A. Ecotourism Development. A Manual for Conservation Planners and Managers. Volume I: An Introduction to Ecotourism Planning. The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA, 2002. <<https://rmpportal.net/library/content/tools/biodiversity-conservation-tools/putting-conservation-in-context-cd/socio-economic-assessments-and-alternative-livelihoods-resources/6-51a.pdf>>. Acesso em: 23/11/2020.
- Fabrino NH, Costa HA, Nascimento EP. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 5(3): 546-559, 2012.
- Farias ABC, Gama SVG, Chirol ADA. Geoturismo e geonímia na Ilha Grande-Angra dos Reis (RJ): subsídio à visitação pública de Abraão e Saco do Céu. *Caderno Virtual de Turismo*, 17(1): 88-104, 2017.
- Ferreira HCH. 2010. A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande/RJ. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ. 270p.
- Figueiredo NMA. 2007. Método e metodologia na pesquisa científica. 2ª ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora.
- Flick U. 2009. Introdução à pesquisa qualitativa. Métodos de pesquisa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca M, Lamas I, Kasecker T. O papel das unidades de conservação. *Scientific American Brasil*, 39: 18-23, 2010.
- Fontoura LM, Adams L, Medeiros R. Ecotourism and biodiversity conservation in national parks of Brazil and the United States. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, 14(3): 417-434, 2021.
- Gil AC. 2008. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Ediiitora Atlas SA.
- Gössling S, Scott D, Hall CM. Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. *Journal of sustainable tourism*, 29(1): 1-20, 2020.
- Higgins-Desbiolles F. Socialising tourism for social and ecological justice after COVID-19. *Tourism Geographies*, 22(3): 610-623, 2020.
- Hurtado ARJ, Neto LD, Moreira JC. A Percepção dos Visitantes de Fernando de Noronha (PE): Estudo de Caso do Projeto TAMAR. *Applied Tourism*, 3(1): 127-146, 2018.
- ILHA GRANDE. Atrativos. 2020. <<https://www.ilhagrande.com.br/>>. Acesso em: 14/11/2020.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DABIODIVERSIDADE – ICMBio. Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC. Organizadores: Allan Crema e Paulo Eduardo Pereira Faria. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, 2018. <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/edital/rovuc_rol_de_oportunidades_de_visitacao_em_unidades_de_conservacao.pdf>. Acesso em: 23/11/2020.
- INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). Instituto Estadual do Ambiente. Parque Estadual da Ilha Grande: plano de manejo (fase 2)/resumo executivo. Rio de Janeiro: INEA, 2013. <<http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/PEIG-RM.pdf>>. Acesso em: 14/01/2021.
- INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA. Diagnóstico de Uso Público dos Parques Estaduais do Rio de Janeiro – 2016, 2016.
- INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. Iniciativa BIG 2050, 2019. <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Livro_Big_2050-1.pdf>. Acesso em: 15/11/2020.
- Júnior WML, Hanai FY, Ribas LCPS. O Perfil dos turistas com destino à Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ) em período do verão de 2018. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 13(3): 534-555, 2020.
- Liu S, Li WY. Ecotourism research progress: a bibliometric analysis during 1990-2016. *SAGE Open*, 10(2): 2158244020924052, 2020.
- Lobo HAS, Moretti EC. Ecoturismo: As práticas na natureza e a natureza das práticas em Bonito, MS. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 2(1): 43-71, 2008.

- Lunas JRS. 2006. Ecoturismo sociedade anônima: sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena/MS. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília. 309 p.
- Maranhão CHS, Azevedo FF. A Representatividade do Ecoturismo para a gestão pública do turismo no Brasil: uma análise do Plano Nacional de Turismo 2018-2022. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 12(1): 09-35, 2019.
- Maretti CC et al. Áreas protegidas: Definições, tipos e conjuntos: Reflexões conceituais e diretrizes para gestão. *Gestão de Unidades de Conservação: Compartilhando uma experiência de capacitação*, 331-367, 2012.
- Martins PC, Silva CA. Turismo de Natureza ou na Natureza ou Ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. *Revista Turismo em Análise*, 29(3): 487-505, 2018.
- Mendonça TCM, Moraes EA. (Org). O povo do aventureiro e o turismo de base comunitária: experiências vivenciadas na Vila do Aventureiro – Ilha Grande/RJ, organizadores Teresa Cristina de Miranda Mendonça, Edilaine Albertino de Moraes. *Seropédica/RJ: Ed. da UFRRJ*, 2011. <http://r1.ufrrj.br/im/gemte/pdf/O_povo_do_Aventureiro.pdf>. Acesso em: 25/11/2020.
- Meza-Arce MI et al. Unraveling the white shark observation tourism at Guadalupe Island, Mexico: Actors, needs and sustainability. *Marine Policy*, 119: 104056, 2020.
- Mgonja JT, Sirima A, Mkumbo PJ. A review of ecotourism in Tanzania: Magnitude, challenges, and prospects for sustainability. *Journal of Ecotourism*, 14(2-3): 264-277, 2015.
- Nascimento VLQ, Simonian LTL. A política de ecoturismo no Polo Belém/Costa Atlântica (PA). *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 7(3): 618-645, 2014.
- Niewiadomski P. COVID-19: from temporary de-globalisation to a re-discovery of tourism?. *Tourism Geographies*, 22(3): 651-656, 2020.
- Oliveira LF. 2008. Ecoturismo no Parque Estadual da Ilha Grande: refletindo o contexto atual a partir do olhar dos “badjecos”. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 133p.
- Oliveira MTC. 2010. Bonito para quem? Um estudo sobre um destino turístico no Mato Grosso do Sul: situação atual e perspectivas – Bonito/MS, Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, FFLCH - Departamento de Geografia, Mestrado em Geografia Física, São Paulo, SP. 192p.
- OUTROS CAMINHOS. O dashico de Ilha Grande, uma rara especiaria. 2018. <<https://outroscaminhos.eco.br/ilha-grande-dashico-a-rare-spice/>>. Acesso em: 14/11/2020.
- Pedrini ADG, Messas TP, Pereira E, Ghilardi-Lopes NP, Berchez FA. Educação ambiental pelo ecoturismo numa trilha marinha no Parque Estadual da Ilha Anchieta, Ubatuba (SP). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 3(3): 428-459, 2010.
- Piercy N, Giles W. Making SWOT analysis work. *Marketing Intelligence & Planning*. 7(5): 5-7, 1989.
- Pires PS, Rugine VMT. Reconhecimento do Uso Público nos Parques Estaduais no Brasil com ênfase na visitação turística. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 11(1): 61-80, 2018.
- Prado RM. Uma foto que eles não pediram: Turismo e ecologia na Ilha Grande. In: Bartholo R, Delamaro M e Badin L (orgs). *Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*, 267. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- Queiroz HL. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. *Estudos avançados*, 19: 183-203, 2005.
- Rangel LA, Sinay L. Ecoturismo como ferramenta para criação de Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 12(4): 563-580, 2019.
- Rangel LA, Sinay L. Processos de recategorização de áreas protegidas no Brasil: adequações ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação Brasileiro (SNUC) e às realidades socioterritoriais no estado do Rio de Janeiro. In: *II Encontro Luso-afro-americano de Geografia Física e Ambiente*, 2018.
- Rebouças MA, Grilo JA, Araújo CL. Percepção ambiental da comunidade visitante do parque municipal Dom Nivaldo monte em Natal/RN. *Holos*, 3: 109-120, 2015.
- Ribeiro M, Richter M, Oliveira MP, Ferreira E. 2015. Turismo Sustentável na Ilha Grande: uma análise frente ao turismo de massa, p. 10-25. In: *Turismo em Zonas Costeira, Aveiro. VIII Planejamento e Gestão de Zonas Costeira em Países de Expressão Portuguesa*.
- Ristić D, Vukoičić D, Milinčić M. Tourism and sustainable development of rural settlements in protected areas- Example NP Kopaonik (Serbia). *Land Use Policy*, 89: 104231, 2019.
- Roberto B, Sansolo DG, Ivan B. Turismo de Base Comunitária, diversidades de olhares e experiências brasileiras. Editora Letra e Imagem. Rio de Janeiro. 2010. <<https://docente.ifrn.edu.br/marcosaraujo/disciplinas/geografia-aplicada-ao-turismo/material-complementar/turismo-de-base-comunitaria-diversidades-de-olhares-e-experiencias-brasileiras>>. Acesso em: 23/11/2020.

- Roese MWV. 2014. Educação ambiental dialógico-crítica e a conservação da biodiversidade no entorno de áreas protegidas. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 147 f.
- Romagosa F. The COVID-19 crisis: Opportunities for sustainable and proximity tourism. *Tourism Geographies*, 22(3): 690-694, 2020.
- Safitri D et al. Effect of Environmental Education on Ecotourism: Evidence from Jakarta. *International Journal of Control and Automation*. 12(4): 37-48, 2019.
- Sancho-Pivoto A, Alves AF, Dias VN. Efeitos e transformações gerados pelo turismo no contexto territorial do parque estadual do Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14: 46-63, 2020.
- Santos ES, Pequeno EA, Ribeiro KT, Freitas LL. Desenvolvimento sustentável e o ecoturismo em Unidades de Conservação: discussões sobre o Parque Estadual do Jalapão (TO). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, 8(5): 579-596, 2015.
- Santos GN. 2021. Contribuições para a observação de aves no Brasil: estudo de caso no Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Lagoa da Turfeira. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 134p.
- Sá-Silva JR, Almeida CDD, Guindani JF. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história & ciências sociais*, 1(1): 1-15, 2009.
- Scolozzi R, Schirpke U, Morri E, D'Amato D, Santolini R. Ecosystem services-based SWOT analysis of protected areas for conservation strategies. *Journal of environmental management*, 146: 543-551, 2014.
- Silva NFD, Ruffino PHP. Educação ambiental crítica para a conservação da biodiversidade da fauna silvestre: uma ação participativa junto ao Projeto Flor da Idade, Flor da Cidade (Itirapina-São Paulo). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 97: 637-656, 2016.
- Siswanto A. Eco-Tourism Development Strategy Balurannational Park in the Regency of Situbondo, East Java, Indonesia. *International Journal of Evaluation and Research in Education*, 4(4): 185-195, 2015.
- Souza MA. 2017. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro: percurso e percalços de uma comunidade da Ilha Grande (RJ) na condição de unidade de conservação. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia. 91p.
- Souza TVSB, Simões HB. 2018. Contribuições do turismo em unidades de conservação federais para a economia brasileira-efeitos dos gastos dos visitantes em 2017. Sumário executivo. Brasília, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). 30p.
- UNEP-WCMC. 2011. Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC. 44 p. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/estudocontribuicao.pdf>>. Acesso em: 23/12/2020.
- Urry J. *Consuming places*. Routledge, 2002.
- Vilani RM. Ecoturismo: a conservação da natureza como alternativa aos Grandes Projetos de Investimento (GPIs) no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 11(4): 609-633, 2018.
- Vilani RM, Rodrigues LMA. Impactos e conflitos ambientais associados ao licenciamento de empreendimentos turísticos no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1(27/28): 573-583, 2017.
- Zaoual H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? *Caderno virtual de turismo*, 8(2): 1-14, 2008.

Biodiversidade Brasileira – BioBrasil.
Fluxo Contínuo
n.1, 2023

<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR>

Biodiversidade Brasileira é uma publicação eletrônica científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que tem como objetivo fomentar a discussão e a disseminação de experiências em conservação e manejo, com foco em unidades de conservação e espécies ameaçadas.

ISSN: 2236-2886